

RiMe

**Rivista dell'Istituto
di Storia dell'Europa Mediterranea**

ISSN 2035-794X

numero 6, giugno 2011

Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos

Odair da Cruz Paiva

Direzione

Luciano GALLINARI, Antonella EMINA (Direttore responsabile)

Responsabili di redazione

Grazia BIORCI, Maria Giuseppina MELONI, Patrizia SPINATO BRUSCHI,
Isabella Maria ZOPPI

Responsabile di redazione per il Dossier "Italia e Argentina: due Paesi uno specchio"

Francesca Mazzuzi

Comitato di redazione

Grazia BIORCI, Maria Eugenia CADEDDU, Monica CINI, Alessandra CIOPPI,
Yvonne FRACASSETTI, Raoudha GUEMARA, Maurizio LUPO, Alberto MARTINENGO,
Maria Grazia Rosaria MELE, Sebastiana NOCCO, Riccardo REGIS,
Giovanni SERRELI, Luisa SPAGNOLI

Comitato scientifico

Luis ADÃO da FONSECA, Sergio BELARDINELLI, Michele BRONDINO, Lucio CARACCILO,
Dino COFRANCESCO, Daniela COLI, Miguel Ángel DE BUNES IBARRA, Antonio DONNO,
Giorgio ISRAEL, Ada LONNI, Massimo MIGLIO, Anna Paola MOSSETTO, Michela NACCI,
Emilia PERASSI, Adeline RUCQUOI, Flocel SABATÉ CURULL, Gianni VATTIMO,
Cristina VERA DE FLACHS, Sergio ZOPPI

Comitato di lettura

In accordo con i membri del Comitato scientifico, la Direzione di RiMe sottopone a *referee*, in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione

Responsabile del sito

Corrado LATTINI

[Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea](#): Luca CODIGNOLA Bo (Direttore)

RiMe – Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea (<http://rime.to.cnr.it>)
c/o ISEM-CNR - Via S. Ottavio, 20 - 10124 TORINO (Italia)
Telefono 011 670 3790 / 9745 - Fax 011 812 43 59
Segreteria: segreteria.rime@isem.cnr.it
Redazione: redazione.rime@isem.cnr.it (invio contributi)

Indice

Giovanni Sini	
<i>Alcune note sul Parlamento del Principato di Catalogna tenuto nel 1416</i>	7-24
Bruno Pierri	
<i>Anglo-American Energy Talks and the Oil Revolution, 1968-1972</i>	25-44
Matteo Binasco	
<i>Migrazioni nel mondo mediterraneo durante l'età moderna. Il case-study storiografico italiano</i>	45-113

Dossier

Italia e Argentina: due Paesi, uno specchio

(a cura di Luciano Gallinari)

In ricordo di un amico: Glauco Brigati

Luciano Gallinari	
<i>Introduzione</i>	119-122
Roberto Porrà	
<i>Puerto de Nuestra Señora Santa María del Buen Aire</i>	123-136
Carlos Cacciavillani	
<i>L'architettura dell'emigrazione italiana in Argentina</i>	137-167
Silvana Serafin	
<i>La literatura migrante en la formación de la conciencia nacional argentina</i>	169-188
Liliana H. Zuntini	
<i>Edmundo De Amicis. Con los "ojos de la mente"</i>	189-222
Ilaria Magnani	
<i>Giacumina e Marianina. La rappresentazione dell'immi-grazione italiana in Argentina in due romanzi popolari di fine '800</i>	223-239
Mara Imbrogno	
<i>Prostitute e anarchici italiani nella letteratura argentina del XX e XXI secolo</i>	241-263
Irina Bajini	
<i>Arriva un bastimento carico di artisti. Sulle tracce della cultura italiana nella Buenos Aires del Centenario</i>	265-286

Indice

Rocío Luque	
<i>El vuelo entre dos orillas de El rojo Uccello de Delfina Muschiatti</i>	285-295
Isabel Manachino – Norma Dolores Riquelme	
<i>Mujeres vistas por mujeres. Italianas y argentinas a principios del siglo XX</i>	297-319
María Cristina Vera de Flachs - Hebe Viglione	
<i>Empresas y empresarios italianos de la Región Centro de la Argentina en el tránsito del XIX al XX</i>	321-351
André Mota	
<i>Il signore Alfonso Bovero: um anatomista illustre na terra dos bandeirantes, São Paulo 1914-1937</i>	353-373
Antonio Sillau Pérez	
<i>Nacionalidad y Catolicismo. El desarrollo de una idea de nación en el contexto de la producción intelectual del Instituto Santo Tomas de Aquino en Córdoba - Argentina (1930-1943)</i>	375-412
Luis O. Cortese	
<i>El Fascismo en el Club Italiano. Buenos Aires (1922-1945)</i>	413-446
Martino Contu	
<i>L'antifascismo italiano in Argentina tra la fine degli anni Venti e i primi anni Trenta del Novecento. Il caso degli antifascisti sardi e della Lega Sarda d'Azione "Sardegna Avanti"</i>	447-502
Eugenia Scarzanella	
<i>Un'industria "ultra leggera": l'Editorial Abril tra l'Argentina e l'Italia (1941-1957).</i>	503-523
Roberta Murrioni	
<i>«Era come fossimo in carcere, così me ne sono andato in argentina»: storie di un minatore di Carbonia emigrato in Argentina nel secondo dopoguerra</i>	525-533
Camilla Cattarulla	
<i>Non solo Mondiali di calcio: Giovanni Arpino in Argentina nel 1978</i>	535-551
Paola Cecchini	
<i>L'Argentina nelle Marche tra passato e presente</i>	553-565
Celina A. Lértora Mendoza	
<i>Relaciones entre CNR (Italia) y CONICET (Argentina). Notas para una historia</i>	567-609

Lucia Capuzzi	611-624
<i>Bicentenario: quel che resta della fiesta</i>	
Marzia Rosti	625-644
<i>Gli argentini in Italia e il Bicentenario dell'indipendenza argentina</i>	
Maria Eugenia Cruset	645-659
<i>Diáspora y sociedad de acogida. El voto de los italianos en Argentina a través de la prensa</i>	
María Inés Rodríguez Aguilar	661-685
<i>El campo migratorio argentino, su especificidad y el abordaje teórico-metodológico del género</i>	
Odair da Cruz Paiva	687-704
<i>Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos</i>	
Luciano Gallinari	705-752
<i>I rapporti tra l'Italia e l'Argentina nella stampa dei due Paesi all'inizio del terzo millennio (2000-2011)</i>	
Stefania Bocconi - Francesca Dagnino - Luciano Gallinari	753-771
<i>Approfondimento storico e nuove tecnologie: il laboratorio didattico "Noi e gli Altri"</i>	

Focus

Tunisia, terra del gelsomino (a cura di Antonella Emina)

Antonella Emina	775-776
<i>Tunisia, terra del gelsomino</i>	
Nadir Mohamed Aziza	777-783
<i>La cendre et le jasmin / La cenere e il gelsomino</i>	
Francesco Atzeni	785-810
<i>Italia e Africa del Nord nell'Ottocento</i>	
Yvonne Fracassetti Brondino	811-823
<i>Cesare Luccio, scrittore italiano in Tunisia tra colonizzatori e colonizzati</i>	
Alya Mlaiki	825-836
<i>Mr. President, Facebook is watching you! Révolution 2.0: l'exemple tunisien</i>	

Territórios da migração na cidade de São Paulo: afirmação, negação e ocultamentos

Odaír da Cruz Paiva

Introdução

A alteração de espaços urbanos por grupos de migrantes é uma das características mais comuns da dinâmica dos deslocamentos populacionais. A análise das transformações no espaço promovidas pelos processos migratórios coloca em discussão as implicações econômicas, culturais, históricas e também as contradições da presença dos migrantes, especialmente em cidades como São Paulo. Dentre os vários trabalhos que analisaram processos de ocupação territorial, o estudo de Renato Cymbalista e Iara Xavier¹ apresenta um esforço em caracterizar quatro padrões de ocupação territorial (territórios étnicos), são eles: os guetos norte-americanos, os *banlieues* das grandes cidades francesas, os enclaves étnicos e os loteamentos ilegais formados por comunidades perseguidas por motivações religiosas ou políticas. Estes territórios expressam a capacidade de determinadas comunidades em produzir ambientes que expressam as marcas de sua presença.

A percepção de que determinadas porções da cidade guardam características arquitetônicas, culturais, humanas e econômicas singulares é abertura para um olhar mais atento a seus elementos históricos estruturantes e sua transformação no tempo. O bairro da Liberdade em São Paulo é um bom exemplo. No contexto paulistano, ele é rememorado como um bairro japonês muito embora, atualmente, a presença de chineses e coreanos seja cada vez mais intensa. O adensamento de fluxos migratórios alterou a dinâmica do vivido naquele espaço e tornou mais complexa sua dinâmica social, econômica e cultural.

Bairros como o Bom Retiro, Brás, Mooca ou Pari, são também exemplos de territórios migrantes que sofreram transformações significativas na sua paisagem no transcurso do século XX. A

¹ Renato CYMBALISTA - Iara XAVIER, "A comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade", in *Cadernos Metrópole*, n. 17, 1º sem. 1997, pp. 119-133.

sobreposição de correntes migratórias num mesmo espaço transformou o Bom Retiro. De bairro judeu a partir da primeira metade do século XX, a presença de coreanos e bolivianos é predominante nos dias de hoje. Processo semelhante ocorreu com o Brás e a Mooca; redutos de italianos, espanhóis e portugueses estes foram paulatinamente transformados pela presença de migrantes nacionais oriundos do nordeste.

As metamorfoses de muitos bairros de São Paulo durante o século XX e início deste é um tema importante nos estudos sobre a urbanização e migração². A proposição deste artigo é discutir alguns elementos da relação entre os processos migratórios e a constituição de territórios da migração, decodificando suas aproximações e diferenças. A análise dessa relação abre caminho para inserir na pauta dos estudos de migração o fato da constituição destes territórios enquanto uma expressão ambígua da afirmação e da negação da condição migrante. Este artigo está estruturado em quatro momentos. No primeiro, uma breve análise sobre o ocultamento da presença da população brasileira pobre a partir da migração de italianos para a cidade. No segundo, uma apreensão mais geral sobre a constituição dos territórios da migração sua variedade e complexidade; no terceiro, alguns exemplos desses territórios na cidade de São Paulo e a decodificação de suas singularidades e semelhanças; no quarto momento, os territórios enquanto expressão ambígua da afirmação e negação da condição migrante.

Imigração Italiana para São Paulo: modernidade e ocultamento.

Entre o final do século XIX e início do século XX a cidade de São Paulo recebeu um contingente expressivo de migrantes provenientes da Europa. A população residente passou de 30 mil habitantes em 1876 para 880.000 em 1930, ocasionando uma transformação radical na paisagem urbana. Um detalhamento exaustivo dos condicionantes econômicos e sociais destas transformações não faz parte do escopo

² Dentre muitos trabalhos, ver: José Guilherme Cantor MAGNANI, *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade de São Paulo*, São Paulo, Hucitec, 1998. Milton SANTOS, *O Espaço do Cidadão*, São Paulo, Nobel, 1998; Paul SINGER, *Economia Política da urbanização*, São Paulo, Contexto, 1998 e Maura VERAS, "Territorialidade e Cidadania em Tempos Globais: imigrantes em São Paulo", in *Cadernos Metrópole*, v. 2, 1999, pp. 73-119; da mesma autora: *Diver(cidade): territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo*, São Paulo, Educ, 2003.

deste texto, entretanto, é preciso apontar, mesmo que brevemente, alguns processos que contribuíram para essa aceleração do tempo social na cidade de São Paulo.

A grande imigração ocorre num contexto de mudanças estruturais no Brasil. No campo da política, o fim do regime monárquico (1822-1889) e o advento da República promoveram a entrada de novos grupos sociais na governança do país, particularmente àqueles ligados à cafeicultura. A transição política abriu caminho para a dinamização de vários setores da economia, em sua maior parte, ligados às atividades cafeeiras. Por outro lado, a abolição da escravidão no Brasil em 1888 colocou o desafio da substituição da mão de obra nas grandes propriedades, especialmente as voltadas para a produção de exportação. Ainda neste período, estrutura-se uma política imigratória cujo objetivo central era a inserção de trabalhadores europeus.

Em linhas gerais, as décadas finais do século XIX consolidaram o desejo das elites políticas e econômicas em superar o passado monárquico, escravista e colonial do país. As transformações em curso materializavam a construção de uma nova fase de nossa história, pautada pela idéia de modernidade. A migração italiana adentra ao panorama social paulista neste ambiente como substrato e como símbolo da modernização. Entre 1885 e 1909, adentram ao Estado de São Paulo 742.244 italianos³, estes se tornaram o grupo migrante hegemônico, seguido dos portugueses, espanhóis e japoneses. Aproximadamente 2,2 milhões de italianos migraram para o Estado de São Paulo entre 1885 e 1934 e parcela significativa destes estabeleceu-se na cidade de São Paulo.

As influências da migração italiana na cidade de São Paulo naquele período foram extremamente fortes e há uma vasta literatura a esse respeito. Da presença no movimento operário (particularmente os anarquistas) às influências na arquitetura urbana; das associações culturais à presença dominante em determinados bairros da cidade; das sociabilidades erigidas a partir das festas religiosas aos novos cheiros, gostos e sabores da culinária; da incorporação de novas palavras e da criação de um sotaque particular que caracteriza até hoje o português falado na cidade à criação de uma elite industrial e econômica, a presença italiana marcou a paisagem paulistana e lhe conferiu uma identidade particular no contexto nacional.

³ SECRETARIA DA AGRICULTURA, *Estatística dos Trabalhos Executados pelo Departamento de Imigração e Colonização Durante o Ano de 1961*, São Paulo, Departamento de Imigração e Colonização, 1962, p. 44.

Nas décadas seguintes, mesmo com o refluxo da entrada de italianos em São Paulo, sua presença ganhou perenidade. Italianos e seus descendentes mantiveram ou re-significaram muitos dos hábitos e costumes criando, possivelmente, uma das mais longevas influências que a cidade já conheceu. A partir dos anos 1950-1960 a migração italiana perde sua vitalidade. Na realidade, isto já vinha ocorrendo desde os anos 1920, mas foi nas décadas seguintes à II Guerra Mundial que ocorreu uma mudança de perspectiva sobre a presença italiana em São Paulo.

Em outros termos, as representações que temos atualmente sobre a presença italiana – algumas delas expressas nos parágrafos anteriores – são resultado dos estudos que proliferaram a partir dos anos 1950 até nossos dias. Paradoxalmente, as pesquisas sobre a migração italiana ganham dinamismo num momento em que ela dava mostras de seu arrefecimento. A partir dos anos 1970 e mais intensamente nas décadas de 1980 e 1990 outra perspectiva sobre a migração para São Paulo emergiu, colocando outro olhar para a sua relação com o processo de modernização.

Estes estudos incorporaram as abordagens provenientes da sociologia que, em décadas anteriores, analisaram as bases do pensamento social brasileiro na passagem do século XIX para o século XX e, ao mesmo tempo, buscavam operar as contribuições advindas da Nova História. Uma das bases destes trabalhos foi a crítica à idéia de modernização como algo capaz de subsumir outros tempos históricos e outras realidades. Produz-se outro olhar sobre os processos ocorridos em nossa entrada para a “modernidade” de maneira a percebê-lo como um campo de disputas, contradições e ocultamentos.

O espectro de análises que se abriu foi muito alargado. Particularmente, nos interessa uma de suas vertentes: a recuperação da presença dos trabalhadores nacionais naquele contexto de modernização e de incentivo à entrada de trabalhadores estrangeiros. Nesta vertente, os estudos de Márcia Regina Naxara e Carlos José Ferreira dos Santos apontam para questões que elucidam algumas das razões do ocultamento da presença do trabalhador nacional no contexto paulistano do final do século XIX e início do século XX.

Segundo Naxara⁴,

⁴ Márcia Regina Capelari NAXARA, *Estrangeiro em sua própria terra, Representações do brasileiro: 1870-1920*, São Paulo, Annablume, 1998, pp. 18 e 49.

O povo brasileiro visto por suas elites aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava. (...) A desqualificação do brasileiro pobre serviu, portanto para a valorização do imigrante e para a justificação de uma determinada política de imigração impregnada de preconceitos, definida ou resultante de uma tensão permanente, provocada não só pelo processo que levou à escolha do branco europeu, mas também pela preocupação de como controlar e submeter a um trabalho árduo, contínuo e disciplinado, amplas parcelas da população, fosse ela imigrante, nacional, branca, mestiça ou negra.

A valorização do trabalhador estrangeiro no mercado de trabalho foi apontada por Santos. Retomando trabalhos publicados nas décadas anteriores, o autor demonstra que eles compunham 79,54% da mão-de-obra urbana em São Paulo no ano de 1893. Incluem-se as atividades consideradas à época como «artísticas, comerciais, manufatureiras, transporte e conexos»⁵.

(...) Cabe ressaltar que os grupos paulistanos dominantes preferiram os trabalhadores estrangeiros, entre outras explicações e apesar de o “desconhecido assustar” (...) visando não só uma qualificação no sentido de uma motivação que conduzisse ao trabalho intenso, mas produzindo um comportamento regrado, moralizado, disciplinado e civilizado, para a manutenção das diferenças sociais e a criação de uma metrópole com uma população branca, seguindo o modelo europeu⁶.

De ambos os estudos, ressalto que a desvalorização do trabalhador nacional naquele contexto derivou no ocultamento deste sujeito na paisagem urbana, induzindo um sentido de “território vazio” que foi ocupado por levas de estrangeiros e particularmente pelos migrantes italianos. Numa cidade como São Paulo, cuja história recente se constituiu por migrações sucessivas e muito variadas, é possível afirmar que houve sucessivos ocultamentos da presença tanto dos trabalhadores pobres nacionais como também de muitos grupos de estrangeiros.

⁵ Carlos José Ferreira dos SANTOS, *Nem Tudo Era Italiano. São Paulo e pobreza (1890-1915)*, São Paulo, Annablume, Fapesp, 1998, p. 48.

⁶ *Ibi*, pp. 62-63.

A compreensão deste processo de produção de ocultamentos pode ser revelada por uma análise que leva em consideração o território urbano e suas sucessivas transformações. Neste sentido, reorientamos neste momento nossa análise sobre as migrações na cidade de São Paulo para o campo das mutações do território urbano.

Territórios da migração: apontamentos

A relação entre os deslocamentos populacionais e a constituição de territórios, nos leva a uma breve digressão sobre dois elementos. Trata o primeiro, da noção de território que embasa essa reflexão; este representa um complexo de relações econômicas, sociais, históricas, culturais, ambientais e políticas erigidas num dado espaço (geográfico) e cuja constituição guarda conexões amplas e variadas com outros territórios. Ele adensa camadas de tempo; supõe características que lhe são singulares ao passo em que se constitui enquanto totalidade aberta a transformações no transcurso da história. Resulta de necessidades e motivações múltiplas de seus sujeitos; estas podem ser de ordem material e concreta (relações econômicas) ou de natureza por vezes intangível como as necessidades da cultura, das sociabilidades, elos de pertencimento, etc.

Segundo Abdelmalek Sayad,

(...) O espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião), etc.⁷.

Trata o segundo elemento do fato das migrações serem, de um lado, um fenômeno social complexo e, de outro, constituírem-se enquanto um processo sempre coletivo, eivado por redes sociais que lhe dão suporte. Nesta perspectiva, as migrações são portadoras de uma multiplicidade de sentidos que transcendem as expectativas da sociedade receptora. Assim, ao passo em que há uma tendência da sociedade de destino em aceitar os migrantes apenas enquanto força-trabalho, as migrações subvertem esse sentido redutor de suas potencialidades imposto pela sociedade de recepção. As migrações

⁷ Abdelmalek SAYAD, *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, São Paulo, Editora da USP, 1998, p. 15.

criam um descompasso de expectativas que se explicitam cada vez que os migrantes demonstram sua capacidade de modificar – por vezes em grande magnitude – a sociedade de acolhida. Dessa forma, a produção dos territórios pelas migrações guarda múltiplos sentidos e contradições.

Nos núcleos coloniais, pequenas vilas e cidades como Holambra (SP), Blumenau (SC) ou São Leopoldo (RS), a arquitetura das edificações explicita de maneira contundente a presença dos migrantes. Por outro lado, os territórios também se constituem de cultura imaterial - festas, culinária ou religiosidade - que se hibrida e funde-se com as manifestações materiais. Ambos os sentidos (materiais e imateriais), constituem uma paisagem cultural que se distingue de outras, ao passo que dão singularidade ao território.

No contexto urbano, o bairro como São Miguel Paulista – território nordestino na cidade de São Paulo – possui uma *fixidez* maior se comparado a territórios que se constituem de maneira mais efêmera e podem ser erigidos em diferentes lugares na cidade. Exemplos destas manifestações mais fluídas ou móveis são as festas que se realizam em determinadas épocas do ano ou mesmo em certos dias da semana como a feira organizada por migrantes bolivianos na Praça Kantuta no bairro do Pari. *Fixidez* e *fluides* são termos pouco apropriados para a qualificação destes territórios, mas respondem aos sentidos materiais e intangíveis que permeiam os territórios migrantes.

Construídos paulatinamente, os territórios materializam necessidades múltiplas que vão deste a tentativa de recriação de paisagens assemelhadas às das sociedades de origem até a manutenção de vínculos e elos de pertencimento entre os migrantes – elementos de suporte fundamental para sobreviver enquanto se considera estar no território de outrem. Dessas necessidades (materiais e afetivas, concretas e identitárias) a produção do espaço-território obedece às singularidades e tempos de inserção dos migrantes.

Os territórios da migração não são espaços idílicos ou folclóricos – embora também possam assim parecer. Eles se constituem enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Como teremos oportunidade de observar adiante, transformam-se; alguns a ponto de negar parte de suas origens. Por vezes, são compreendidos como “intrusos” pela sociedade de recepção dado que adensam e

materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes, hábitos e culturas singulares, incômodas ou “perigosas”⁸.

Não há que se buscar uma homogeneidade nos territórios da migração. O território “tipicamente” ou “exclusivamente” nordestino, coreano, italiano, chinês ou árabe a rigor não existe. Os territórios da migração são híbridos, apesar de singularidades que lhes conferem certa identidade. Por este caminho, não ousou propor uma tipologia de territórios da migração, mas sim uma descrição preliminar de suas composições. São Miguel Paulista: o território cuja paisagem é marcada por elementos materiais e imateriais que denotam a presença e persistência de uma identidade migrante singular; Liberdade: o território no qual, apesar de uma singularidade aparente, há um vivido híbrido que convive com diferentes tempos históricos e a feira da Praça Kantuta, território móvel, visível e “invisível”.

Territórios da migração São Miguel Paulista

A transformação do bairro de São Miguel Paulista (localizado na zona leste da cidade) em território nordestino remonta aos anos 1930. Até as primeiras décadas do século XX, o bairro abastecia a região central da Capital com hortaliças, legumes e frutas. Sua população constituía-se de pequenos produtores rurais, notadamente portugueses e posteriormente japoneses; as plantações naquela área, como em muitas outras da cidade, formavam uma espécie de “cinturão-verde”. São Miguel também concentrava algumas olarias que produziam para a construção civil na cidade.

Segundo Sylvio Bomtempo,

Após 1935 o padrão de ocupação do bairro se altera. As chácaras paulatinamente dão lugar aos arruamentos e loteamentos, dando lugar aos trabalhadores da indústria (Nitro-Química) ou de trabalhadores dos estabelecimentos de outras partes da cidade. Estes loteamentos têm sua fase áurea no período da II Guerra Mundial

⁸ Este tema é recorrente e importante nos estudos de migração no Brasil e está presente em vários trabalhos. Ver: Jeffrey LESSER, *A Negociação da Identidade Nacional. Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, São Paulo, Editora UNESP, 2001.

quando chegam ao bairro levas de trabalhadores rurais e de outras partes do Brasil⁹.

A instalação da Companhia Nitro-Química Brasileira¹⁰ no bairro em 1935 foi fator decisivo para o afluxo e fixação de migrantes nordestinos. A inserção destes novos sujeitos transformou antigos territórios e sociabilidades, ao passo que implantou novos elementos na paisagem. Como toda migração, a chegada de nordestinos em São Paulo constituiu-se por redes sociais que a retroalimentaram.

Em várias entrevistas com migrantes que se fixaram no bairro durante os anos 1930 e 1940 encontram-se elementos como os expressos abaixo.

Eu vim de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia. Ali em 1938, 1940 ia algumas pessoas daqui prá lá e chegava lá e dizia que aqui era uma beleza (...) que aqui era bonito, tinha muito dinheiro (...) e aquilo acabou me atraindo. (...) São Paulo a gente chegava aqui, todo mundo conhecia a estação Roosevelt, naquela época era a estação do Norte, que todo mundo que era do Norte vinha ali (...) e daí para a estação de São Miguel. Quem tinha familiares aqui, procurava a Nitroquímica. Às vezes (...) ela chegava na portaria e dizia para o chefe da guarda. «eu sou parente de fulano de tal» (...) se ele tava trabalhando quando ele saía, ele pegava a pessoa, se não quando saísse um conhecido daquela pessoa a gente pegava e levava até a cada dele (...) Cheguei numa quinta-feira, (...) na segunda-feira já comecei a trabalhar (...)¹¹.

São Miguel Paulista foi reincorporado à cidade num processo que possuía, de um lado, os reflexos da “periferização” crescente da malha urbana a partir dos anos 1930 e de outro, pela inserção de atividades industriais – como foi o caso da Nitro-Química. Lugar de terrenos baratos, São Miguel (que incluía também os atuais bairros de Itaquera e Guaianazes) recebeu entre as décadas de 1940 a 1970 milhares de migrantes, provenientes da região nordeste do Brasil,

⁹ Sylvio BOMTEMPI, *O bairro de São Miguel Paulista: A Aldeia de São Miguel de Ururá na história de São Paulo*, São Paulo, Divisão do Arquivo Histórico. Departamento de Cultura/Secretaria de Educação e Cultura, 1970.

¹⁰ Sobre a constituição do Bairro de São Miguel Paulista e da Companhia Nitroquímica ver: Odair da Cruz PAIVA, *Caminhos Cruzados*, Bauru, Edusc, 2004; Paulo FONTES, *Trabalhadores e Cidadãos: Nitro-Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*, São Paulo, Annablume, 1997.

¹¹ Excerto de entrevista realizada pelo autor com o Sr. Carlos (nome fictício) em 30/4/1999 na sub-sede do Sindicato dos Químicos em São Miguel Paulista.

nominados como “baianos”¹². O território com características rurais e povoado por migrantes portugueses e japoneses foi transformado em território nordestino.

Nas palavras de um migrante, «Tudo isso dava ao bairro um clima de festa (...) de retorno (...) a gente se sentia no próprio sertão»¹³. «Tudo isso» é uma referência a um conjunto de elementos concretos e simbólicos erigidos na paisagem do bairro. Das Casas do Norte e dos forrós aos encontros nas praças; das conversas sobre as viagens mais ou menos constantes nas quais se trocam informações sobre os parentes de lá aos presentes e lembranças que vão e vem; da liberdade da fala com sotaque sem temer o olhar alheio a um sentido de pertencimento a cidade. Operou-se em São Miguel o adensamento de uma nova dinâmica do vivido que ocultou, desagregou e transformou sociabilidades pretéritas.

Por outro lado, São Miguel, enquanto um território da migração não é um espaço exclusivo da festa. Tensões e preconceitos também marcaram sua constituição. Talvez um dos casos mais emblemáticos tenha sido a querela que circundou a mudança do nome do bairro em 1944. Até então, seu nome era São Miguel de Ururaí, lembrança do antigo aldeamento de índios Guaianazes organizado por padres jesuítas em 1590¹⁴. Naquele ano, por iniciativa do poder público, o bairro perdeu seu antigo nome para Baquirivú. A mudança desagradou os moradores, que organizaram um processo de coleta de assinaturas para uma nova mudança no nome do bairro.

De acordo com Sylvio Bomtempí, a escolha foi feita a partir de três opções: São Miguel Baquirivú, São Miguel Paulista e São Miguel Bahia. O maior número de assinaturas deu vitória à denominação São Miguel Paulista. Segundo o depoimento de um antigo morador do bairro que participou da coleta de assinaturas para a mudança do nome do bairro, registrado por Antonia Rocha,

Naquela época havia grande rejeição em relação aos primeiros moradores do bairro, ou seja, os índios. Os índios (...) eram vistos como povo bem atrasado, pobre e sem tradição. Muitos moradores que para cá vieram tinham vergonha de mencionar que São Miguel

¹² Henri Arraes Gervaiseau dirigiu em 1994 um documentário intitulado *Tem Que ser Baiano*; nele temos com clareza – nos depoimentos de vários migrantes nordestinos – o sentido redutor da identidade, subjacente à aplicação do termo *baiano*.

¹³ Excerto de entrevista realizada pelo autor com o Sr. Antônio (nome fictício) em 30/4/1999 na sub-sede do Sindicato dos Químicos em São Miguel Paulista.

¹⁴ São Miguel de Ururaí era a junção do nome do santo padroeiro da capela construída em 1580, São Miguel Arcanjo, com o nome da aldeia indígena, Ururaí.

tinha sido aldeia indígena. Quanto ao nome São Miguel Bahia nem gosto de falar! Na época houve muito desprezo por este nome. Era um certo preconceito, uma rejeição ... sei lá! O preconceito sempre existiu aqui. Os baianos eram chamados de "cabeça chata", "pau-de-arara" e outros. Saiu muita briga por isto e até morte. Acredito que tudo isto ajudou para que a escolha do nome fosse São Miguel Paulista. Nome de Santo o povo sempre aceita (...) e santo paulista (...) tanto melhor¹⁵.

A escolha do novo nome para o bairro é emblemática. A partir do momento em que os nordestinos se fixavam na cidade, reconstruíam suas vidas e interagiam com o novo lugar, a mudança do nome do bairro mascarava transformações que estavam em curso. São Paulo silenciava sua porção nordestina; os territórios são por vezes, indesejáveis.

Os territórios da migração nordestina em São Paulo – presentes também em bairros da zona sul como Santo Amaro – talvez sejam os que absorveram levas sucessivas de migrantes durante mais tempo. Ao contrário da migração italiana, espanhola, portuguesa e japonesa, cuja intensidade se circunscreve num espaço de tempo mais restrito, a entrada de nordestinos em São Paulo foi intensa durante mais de quatro décadas. Isto conferiu a estes territórios certa perenidade no ambiente urbano dado que foram retroalimentados por sujeitos oriundos de uma mesma região. Penso que este dado é importante já que ele nos permite pensar a constituição de outro território da migração: o bairro da Liberdade.

Liberdade

O bairro da Liberdade localiza-se na área central da cidade e se estende sentido sul a partir da Praça da Sé, considerada como porção mais central da cidade. Seus limites estão mais ou menos definidos num semicírculo a partir do qual encontramos os bairros do Cambuci, Bela Vista (Bexiga) e partes da Consolação. Até fins do século XIX esta área não fazia parte do perímetro central da cidade, algo que ocorreu com rapidez no princípio do século XX dada a expansão da rede de bondes, esgoto, água encanada e iluminação

¹⁵ Antonia Sarah Aziz ROCHA, *O bairro à sombra da chaminé: um estudo sobre a formação da classe trabalhadora da Companhia Nitro Química de São Miguel Paulista (1935-1960)*, Dissertação (Mestrado em educação), São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992, p. 24.

pública. Entre as décadas finais do século XIX e inícios do século XX, a abolição da escravidão, a instauração da República e a chegada de trabalhadores estrangeiros, promoveram alterações significativas nesta porção da cidade. Segundo Raquel Rolnik,

Com a redefinição do espaço urbano que ocorreu com a abolição da escravidão, a imigração maciça de europeus e a dinâmica da economia do café, novos territórios negros foram estabelecidos: nos porões e nos cortiços do centro velho, sobretudo no sul da Sé, na área que não foi objeto de muitas remodelações, na região do Lavapés (contígua ao sul da Sé) e nos campos do Bexiga¹⁶.

Ocorre que a redefinição de porções daquele espaço urbano – promovida pela migração da população negra expulsa das áreas mais centrais no processo de “higienização” da cidade – foi seguida da sua apropriação pelos migrantes italianos e seus descendentes, além de acolher a migração japonesa. Num espaço de quatro décadas entre o final do século XIX e início do XX este adensamento de populações de origens variadas fez da Liberdade um lugar singular no contexto dos territórios da migração na cidade.

Atualmente encontramos na Liberdade uma das associações italianas mais antigas de São Paulo, a “Lega Italica” (1897), a Casa de Portugal e uma das mais tradicionais casas de artigos religiosos voltados para cultos africanos; esta se localiza na Praça da Liberdade, ícone e epicentro da presença japonesa na cidade. Este adensamento híbrido distingue a Liberdade de São Miguel Paulista.

A fixação de japoneses na Liberdade remonta ao início do século XX¹⁷. Em 1912, um pequeno grupo fixa-se na Rua Conde de Sarzedas atraídos por aluguéis baratos e pela proximidade com o centro da cidade. Em pouco tempo, emergem na paisagem do bairro empórios, hospedaria e pequenos estabelecimentos de produção e comércio de gêneros alimentícios direcionados para os migrantes japoneses. A escola primária data de 1915 (Escola Primária Taisho); um ano antes, foi fundado o Hotel Ueji.

Para além da Rua Conde de Sarzedas, a comunidade passa a ocupar ruas próximas: Conde do Pinhal, Conselheiro Furtado, Irmã Simpliciana e Tomás de Lima. Nos anos 1960 a Liberdade já contava com quatro cinemas (Cine Niterói, Nippon, Jóia e Tóquio)

¹⁶ Raquel ROLNIK, *A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*, São Paulo, Studio Nobel, Fapesp, 1997, p 75.

¹⁷ Informações extraídas de

<www.culturajaponesa.com.br/htm/historiadaliberdade.html>, (10 Agosto 2004).

freqüentados pela comunidade ávida pelos filmes produzidos no Japão. Uma associação cultural (o Bunkyô, que abriga hoje o Museu da Imigração Japonesa) e associações de classe compunham a paisagem desse território da migração.

Se por um lado a Liberdade tornou-se, na primeira metade do século XX um território japonês, ocultando outros sujeitos e territórios (negros e italianos), a partir dos anos 1970 o bairro recebe a migração coreana e nos anos 1980/1990 chegam os chineses. A mobilidade dos sujeitos neste território é tema importante para compreendermos a dinâmica das migrações em São Paulo; entretanto, dada a complexidade da questão e os limites deste artigo, farei apenas algumas observações.

Em primeiro lugar, os territórios da migração – como todos os outros – “envelhecem”. A sucessão das gerações e os processos de inserção dos descendentes de migrantes na “comunidade nacional” supõem outras mobilidades. A morte dos pais, a ascensão econômica e cultural, a mudança de expectativas com relação à manutenção ou não dos negócios familiares, são fatores que fazem com que todo o conjunto de construções (materiais e simbólicas) realizado pelas primeiras gerações seja re-significado pelas gerações seguintes.

Em segundo lugar, os territórios da migração possuem “mobilidade”. Entendemos isso quando percebemos que parte da comunidade judaica migra – a partir dos anos 1970/80 – do Bom Retiro para Higienópolis, abrindo espaço para que seus negócios fossem geridos pelos coreanos. Estes, a partir dos anos 1990/2000, migram para bairros como a Aclimação e abrem espaço para os migrantes bolivianos. Neste processo, o bairro paulatinamente perde sua singularidade no contexto urbano enquanto um território judeu e agrega marcas dos novos migrantes. Só com um olhar bastante atento podemos encontrar hoje as marcas da presença da comunidade judaica na profusão e no burburinho das ruas de comércio de confecção do Bom Retiro.

Entretanto, as transformações ocorridas no Bom Retiro – ao menos no âmbito de sua paisagem concreta – não foram reeditadas na Liberdade. Em que pese o fato de parte significativa das suas lojas serem geridas por migrantes chineses e coreanos, estes continuam se dedicando também ao comércio de produtos japoneses. Caminhando por suas ruas, encontramos na iluminação pública, na profusão de restaurantes de comida japonesa ou na publicidade com ideogramas japoneses, uma paisagem japonesa, embora seu vivido e conteúdo estejam já algo longe das suas origens.

A Praça Kantuta

A Praça Kantuta no bairro do Pari (zona norte da cidade) entra no rol de territórios da migração por suas singularidades – se comparado com São Miguel Paulista e Liberdade – e por ser expressão da continuidade das migrações que, década após década, continuam moldando o espaço da cidade. A presença boliviana na cidade remonta aos anos 1950, entretanto, foi nas décadas de 1980/1990 – com a inserção destes como trabalhadores nas oficinas de costura do Bom Retiro – que a migração boliviana ganha visibilidade no espaço da cidade.

A visibilidade, aliás, foi um dos temas que circundaram os estudos produzidos sobre essa migração ainda nos anos 1990¹⁸. A partir do final dos anos 1970 a ausência de uma política imigratória no país – cuja expressão mais emblemática foi o fechamento da Hospedaria de Imigrantes no Bairro do Brás¹⁹ – criou um ambiente no qual as novas levas de migrantes chegados ao país (coreanos, chineses, latino-americanos e africanos) foram permeadas por um misto de ilegalidade e invisibilidade. Não documentados em sua maioria, os bolivianos inseriram-se num circuito da produção que se beneficiou da fragilidade de seu status “ilegal”.

Durante os anos 1980/90, a mão-de-obra (barata e cativa) boliviana foi fundamental para a expansão de determinados ramos da produção têxtil que abasteciam e ainda abastecem o comércio popular das ruas do Bom Retiro e as grandes redes de lojas de vestuário. Na época, pesquisadores procuravam mapear as condições de vida e trabalho dessa população como forma de compreender a sua “invisibilidade” no contexto urbano. Grande parte destes migrantes residia no local de trabalho, tinham mobilidade limitada e eram assolados pelo medo (muitas vezes imposto pelos próprios donos das oficinas) da polícia, da prisão e da deportação²⁰.

¹⁸ Um dos estudos pioneiros sobre a imigração boliviana, sua inserção no mundo do trabalho e a problemática da invisibilidade foi realizado por Sidney Silva. Ver: Sidney A. SILVA, *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, São Paulo, Paulinas Editora, 1997.

¹⁹ Sobre a história da Hospedaria de Imigrantes e alguns dos desdobramentos de seu fechamento para a dinâmica das migrações em São Paulo, ver: Odair da Cruz PAIVA - Soraya MOURA, *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*, São Paulo, Paz e Terra, 2008.

²⁰ Um excelente levantamento sobre a produção bibliográfica sobre as migrações para o país e também sobre a migração de brasileira está em Glaucia de Oliveira

A migração boliviana em São Paulo em seus primeiros tempos foi exemplo da impossibilidade de constituição de um território migrante. Sua característica foi a de não deixar marcas na paisagem, daí sua “invisibilidade”.

Entretanto, este quadro foi alterado a partir do final da década de 1990 quando esses migrantes superaram sua mera condição de força-trabalho e emergem como sujeitos de direitos. Atualmente, matriculam seus filhos nas escolas públicas, demandam sua inserção nos serviços públicos de saúde, organizam seus times de futebol e usufruem dos espaços de lazer. É neste novo contexto de “visibilidade” que temos a produção de um território migrante boliviano na cidade: a Praça Kantuta no bairro do Pari.

Por volta do ano 2000, era possível observar uma concentração de imigrantes bolivianos na Praça Padre Bento (também no Pari) aos finais de semana, particularmente aos domingos. Na época a comunidade do em torno reagiu ao que chamaram de “feira clandestina” e aos transtornos causados pelo “mau comportamento” (alcoolismo, produção de lixo, etc.) de seus freqüentadores. Em certa medida, esse incipiente ambiente de visibilidade dos bolivianos na cidade expressava o panorama de “ilegalidade” da comunidade no contexto urbano. A transferência da feira para um espaço próximo ocorre entre 2001 e 2002 e em 2004 se dá a oficialização da praça com o nome Kantuta²¹.

A feira da Praça Kantuta representa um novo momento da relação da comunidade boliviana com a cidade; da “ilegalidade” à legalidade; da invisibilidade à visibilidade; do ocultamento à transparência. Este território migrante possui identidades e singularidades importantes com seus congêneres que resumirei em três breves notas. A primeira tem relação com o evento, a feira e suas características básicas de ocupação do espaço público, de lugar de trocas e sociabilidades diversas, de afirmação de identidades e integração. Nesta perspectiva, a feira da Praça Kantuta evoluiu enquanto um ícone da presença boliviana em São Paulo, enquanto um território em seu

ASSIS - Elisa Massae SASAKI, “Novos Migrantes do e para o Brasil: Um balanço da produção bibliográfica”, in *Seminário Internacional Migrações Internacionais*, Brasília, CNPD, 2000.

²¹ Kantuta designa uma flor do altiplano andino. Com cores verde, amarela e vermelha (as mesmas da bandeira da Bolívia) esta flor – segundo os próprios bolivianos – representa a união de povos e culturas e simboliza sua conexão com o país. Em 2008 com direção de Rodrigo LEITE, a CTR-ECA-USP produziu o documentário *Kantuta*. Trata-se de um excelente registro das várias perspectivas sobre aquele território.

sentido mais amplo e comparável a outras feiras congêneres como a da Praça da Liberdade.

A segunda nota é a dissociação permanente entre a feira e a praça, entre a densidade das atividades humanas e o espaço físico. A Praça Kantuta não é um território boliviano durante todo o tempo, ao contrário da Praça da Liberdade. A feira ocorre apenas aos domingos o que implica numa sazonalidade constante do território ou se preferirmos, na permanência, em certa medida, da dualidade visibilidade e invisibilidade.

Esta nota nos remete à terceira. Aos migrantes contemporâneos está dificultada a possibilidade em (re)produzir no espaço da cidade, territórios como aqueles criados por migrações mais pretéritas. Evidentemente há uma escassez de espaços que faz com que a cidade atinja um grau de adensamento físico que beira a saturação. Mas também há que se considerar uma nova dinâmica para os deslocamentos populacionais no plano mundial marcado pela "pluridirecionalidade" dos fluxos e pelas possibilidades intensas de conexão e trocas (via internet, telefone, televisão) entre os que migram e os que permanecem nas regiões de origem.

Quero salientar com isso que estamos num momento de revisão da compreensão que temos dos territórios da migração. O caso da migração de bolivianos - mas também da migração chinesa ou africana - apresenta novos desafios para compreendermos suas relações com a cidade e também suas estratégias de sociabilidade. Em outros termos, os territórios da migração podem estar ganhando contornos mais virtuais ao passo que a sociabilidade destes sujeitos adentra há um tempo onde as singularidades (culturais), onde as expectativas de integração (econômicas e políticas), onde os sonhos (e as utopias) sofrem interferências da homogeneização das formas do vivido na sociedade de consumo²².

Neste terreno, as singularidades são folclorizadas, as possibilidades de integração são formalizadas pelas regras já estabelecidas pela economia e política, os sonhos e utopias são comprados nos *shoppings centers*. Estas determinações do tempo presente não são perceptíveis apenas a partir do "território Kantuta". Ocorre nos territórios migrantes o mesmo fenômeno que tende – no plano mundial – produzir ícones comuns a todos os povos e suprimir a importância do lugar na constituição das identidades.

²² Sobre esta questão, ver: Zygmunt BAUMAN, *Vida para Consumo. A transformação das pessoas em mercadoria*, Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

Considerações Finais.

Territórios da Migração na Cidade de São Paulo: entre a afirmação e negação da condição migrante

Abdelmalek Sayad quando de sua análise sobre a imigração de argelinos na França, apontou, entre outras questões, as várias ambigüidades que cercam a condição do migrante. Uma delas tem interesse particular na reflexão sobre os territórios migrantes. Os migrantes são desejados e aceitos pela sociedade de destino apenas como força trabalho despossuída de outros interesses e expectativas. É nesta condição que a migração faz sentido, inclusive para os próprios migrantes no momento de sua decisão por trocar sua identidade de "nacional" para "estrangeiro". Ocorre que, realizada a migração, opera-se uma transformação – ou superação – dessa condição; o migrante passa a perceber-se enquanto sujeito portador de direitos e luta pelo reconhecimento de suas singularidades.

Realiza-se neste momento, uma radical mudança no sentido de sua condição migrante. Como uma Caixa de Pandora aberta, eclodem outras potencialidades para o vivido migrante, inclusive o princípio de uma possível negação desta condição. Em outros termos, os territórios migrantes portam uma ambigüidade. Se por um lado eles expressam a reafirmação de necessidades e singularidades do "outro", do "não nacional", por outro lado, eles expressam a necessidade de enraizamento na sociedade de destino; esta ambigüidade se realiza de maneira particular, na medida em que só pode ser erigida numa materialização de referências que, ao mesmo tempo em que estão sendo recordadas, precisam ser perdidas.

As referências que o migrante erige em seus territórios são, em muitos casos, representações sobre a sociedade de origem que tendem, com o tempo, a entrar em descompasso e anacronismo com a dinâmica do vivido e das transformações operadas na sociedade de origem na sua ausência. Os territórios migrantes possuem uma função de manter unidos elementos de ligação do migrante com suas origens ao passo em que se distanciam e transformam-se no âmbito da sociedade de recepção.

Os territórios são a materialização de um momento seminal da transformação do migrante em sujeito portador de direitos. A ambigüidade (ou paradoxo) está em que eles exprimem um momento final da condição migrante justamente pela afirmação dessa mesma condição. Os territórios exprimem, assim, o início de

um longo processo de negação da condição migrante; digo longo processo por que ele geralmente transcende a primeira geração. São as gerações seguintes que compreendem melhor este momento "seminal" na medida em que se sentem mais livres para transitar por outros territórios.

Entretanto, esta liberdade de transito não nos dá muitas pistas para compreender qual o tempo necessário ou sob qual ambiente a condição migrante deixa de ter uma influência significativa na constituição das identidades dos sujeitos. Ainda hoje, encontramos descendentes de terceira ou mesmo quarta geração que recorrem com frequência ao passado migrante de suas famílias. Isto ocorre particularmente com os descendentes de italianos. Possivelmente os territórios migrantes não possam superar seu momento "seminal" de constituição por mais paradoxos, ambigüidades e contradições que este momento possua, dada a sua capacidade de re-significação constante.

Isto implica que, no plano das identidades, sejam elas individuais ou coletivas, ele permaneça como lugar (intangível) no qual há um repertório inesgotável de representações que podem ser usadas para a constituição das alteridades. Nesta dinâmica, a cidade – totalidade dos territórios – transforma-se constantemente. As migrações são como um oxigênio novo a manter e recriar as imensas possibilidades da vida urbana.

